

**PODER LEGISLATIVO**  
CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Centro de Estudos e Debates Estratégicos (CEDES)

**Audiência Pública:** Elevadas taxas de juros no Brasil: entraves para a reindustrialização brasileira, a transição energética e a descarbonização

O Centro de Estudos e Debates Estratégicos realizou, nesta quarta (02), audiência pública sobre o entrave das elevadas taxas de juros no Brasil para a reindustrialização, a transição energética e a descarbonização.

Convidados:

- **Tania Cristina Teixeira**, presidente do Conselho Federal de Economia (COFECON);
- **Antonio Corrêa de Lacerda**, professor-doutor da Pós-graduação em Economia da PUCSP e conselheiro do Cofecon;
- **Ricardo Capelli**, presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI);
- **Fabio Bandeira Guerra**, gerente de Política Econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI);
- **Daniel Negreiros Conceição**, professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro; e
- **Renato Conchon**, coordenador do Núcleo Econômico da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA).

**Tania Cristina Teixeira**, do COFECON, ressaltou que, em todas as faculdades de economia do país, há um debate constante sobre conjuntura econômica. Nesse âmbito, frisou que, embora esses temas façam parte dos currículos acadêmicos, é essencial que essa discussão também seja pública e extrapole os muros da universidade.

Em seguida, destacou o papel do COFECON como promotor desse diálogo. Observou que, em plenárias e comissões — especialmente a de política econômica —, a questão central tem sido compreender por que as taxas de juros no Brasil permanecem tão elevadas, atingindo recentemente 15%, o maior patamar desde 2006.

Citou pesquisa da consultoria Lev Assament, divulgada em 18 de junho, que posiciona o Brasil em segundo lugar no ranking mundial de juros reais, com 9,53%, atrás apenas da Turquia. Para ela, tais índices não são meras estatística, mas uma “anomalia estrutural” cujas consequências incidem diretamente sobre a capacidade de investir e de construir um futuro sustentável para as próximas gerações.

Propôs reflexão não só sobre a magnitude dos juros, mas também sobre sua natureza e impactos: no **controle da demanda**, mesmo em cenários de inflação sob controle; na **estagnação econômica**; no **desemprego**; e na **perda de bem-estar social**, sem, contudo, combater eficientemente os choques de oferta, como os decorrentes de pandemias ou crises climáticas.

Explicou ainda que as **metas de inflação**, criadas por economistas e aplicadas pelo COPOM, passaram de 4,5% ao ano (entre 2004 e 2018) para 3% atualmente, e que esse patamar muito baixo torna a política monetária um “fim em si mesmo”, em vez de instrumento para promover qualidade de vida.

Mostrou que, se adotada a meta anterior de 4,5%, a inflação atual estaria dentro do tolerável, e indagou a quem beneficia manter juros reais de 15% e depender excessivamente do capital financeiro.

Ao abordar a dívida pública, lembrou que **cada ponto da Selic eleva em R\$ 50 bilhões anuais o custo do serviço da dívida**, e transfere renda dos cidadãos — especialmente os de menor renda — para os grandes detentores de títulos, em sua maioria bancos e pessoas mais ricas. Isso fomenta desigualdades e reduz acesso ao crédito para empreendedores nacionais.

Apontou estatísticas da Confederação Nacional do Comércio (CNC): **78,5% das famílias estão endividadas e 28,8% inadimplentes**, o que reforça o impacto social dos juros elevados. A consequência é o desestímulo ao investimento em inovação e perda de competitividade industrial.

Traçando um panorama histórico, lembrou que a indústria representava 48% do PIB na década de 1980 e caiu à metade desde então, fruto da **ausência de políticas industriais consistentes**, da **abertura econômica sem salvaguardas** e de um **modelo tributário que incentiva exportação de produtos in natura**.

Ressaltou que, no plano internacional, os padrões de industrialização vêm se tornando progressivamente mais dependentes de tecnologias de ponta – desde a automação avançada e a robótica até a integração de inteligência artificial nos processos produtivos. Esse movimento global impõe exigências cada vez maiores de investimento em pesquisa, desenvolvimento e aquisição de equipamentos de última geração.

No entanto, apontou que o **Brasil enfrenta sérias limitações orçamentárias e estruturais que dificultam a formação dessa capacidade tecnológica interna**. Em consequência, há um descompasso entre a velocidade com que as cadeias produtivas mundiais evoluem e a nossa habilidade de incorporá-las, o que reduz nossa competitividade nos mercados externos.

Além disso, observou que, historicamente, a economia brasileira concentrou-se na exportação de commodities sem valor agregado – matérias-primas ou produtos básicos cujo processamento interno gera empregos de baixa qualificação e margens de lucro reduzidas. Essa especialização, segundo ela, agrava o problema, pois desestimula investimentos em segmentos mais sofisticados e impede a consolidação de uma base industrial diversificada. O resultado é uma “armadilha de desenvolvimento”: dependência de mercados de baixo valor, vulnerabilidade a choques de preços internacionais e dificuldade de ascender em cadeias de valor tecnológico.

Em resposta a esse diagnóstico, destacou o convite formulado pelo Centro de Estudos Econômicos para um projeto de reindustrialização com “olhar para o futuro”. Segundo seus termos, não se trata de retomar o perfil fabril dos anos 1980, mas de construir uma indústria moderna, sustentável e de alto valor agregado, capaz de gerar empregos qualificados e oferecer melhores salários.

Nesse novo paradigma, pontuou que a **transição energética e a descarbonização, pilares da economia global nas próximas décadas, exigem investimentos maciços** de longo prazo em infraestrutura e inovação. Porém, alertou, tais aportes só serão viáveis se houver um ambiente financeiro que premie o investimento produtivo, em vez de tornar mais vantajoso para os investidores aplicar seus recursos em títulos públicos indexados à taxa Selic de 15% ao ano, com risco praticamente nulo.

Por fim, sublinhou o papel estratégico do Estado e dos bancos públicos nesse processo. Argumentou que, para viabilizar os projetos de longo prazo — especialmente nos **setores de**

**infraestrutura, energia limpa e tecnologia de base** —, é imprescindível que o governo **coordene políticas industriais, ofereça linhas de crédito direcionadas e conduza o planejamento de desenvolvimento nacional**. Assim, o país poderá fortalecer cadeias produtivas estratégicas, reduzir vulnerabilidades externas e assegurar uma reindustrialização alinhada às exigências tecnológicas e ambientais do século XXI.

O professor **Antonio Lacerda** observou que a taxa básica de juros brasileira se situa, de forma exagerada frente a qualquer referência internacional, em 15% ao ano no plano nominal, o que correspondia a quase 10% em termos reais após descontar a inflação projetada. Explicou que, **ao elevar a Selic a esse patamar, o custo de oportunidade tornava mais atrativo aplicar recursos no mercado financeiro do que financiar atividades produtivas**, cuja rentabilidade média mal alcançava metade daquele índice. Consequentemente, investidores e empresários acabavam por privilegiar o mercado financeiro, deixando de aportar capital na indústria, na inovação ou em projetos de longo prazo.

Em seguida, destacou que a taxa básica servia de referência para todas as demais cobranças de juros no país — dos empréstimos pessoais aos financiamentos empresariais — e reflete num quadro de **endividamento generalizado e altos índices de inadimplência**. Argumentou que, ao onerar o crédito, a **política monetária restritiva provoca uma contração do consumo e dos investimentos**, ampliando distorções no funcionamento do mercado interno.

Voltando-se ao impacto sobre as contas públicas, informou que, nos doze últimos meses até maio, o custo de financiamento da dívida alcançara R\$ 946 bilhões, valor que recai sobre toda a sociedade por meio dos impostos. Esclareceu que os principais beneficiários desse montante eram os bancos e os grandes investidores, **contribuindo para a concentração de renda e reduzindo o espaço fiscal para despesas sociais e investimentos**.

Para demonstrar que esse ônus não se justificava unicamente por um alto endividamento, comparou o Brasil com países do G20 e da OCDE: apesar de nações como Espanha, Itália ou Argentina apresentarem dívidas públicas proporcionalmente superiores ao PIB, o custo de financiamento desses países não ultrapassava 2% ou 3,6% ao ano, enquanto o Brasil desembolsa cerca de 7%. Essa divergência, explicou, evidenciava a **falta de sincronia entre a política monetária e as demais políticas macroeconômicas** — cambial e fiscal — essenciais a um crescimento econômico sustentável.

Comentando o **desenho federativo brasileiro**, apontou a crescente influência das emendas parlamentares no orçamento — que saltaram de menos de R\$ 10 bilhões em 2015 para mais de R\$ 50 bilhões neste ano — e ponderou que a **dispersão de poder orçamentário entre Executivo, Legislativo, estados e municípios gerava incertezas que pressionavam ainda mais as taxas de juros**, pois dificultavam o alinhamento de prioridades de investimento.

Também destacou a estrutura de mercado nacional, dominada por oligopólios capazes de impor aumentos de preços diretos ou camuflados (por exemplo, reduzindo quantidades em embalagens), alimentando esquemas de indexação formal e informal — de aluguéis a tarifas públicas — e dificultando o controle da inflação. Na sua avaliação, essas rigidezes internas, somadas às pressões externas, como choques de oferta gerados pela pandemia, crises climáticas e conflitos geopolíticos, transformam o combate à inflação em tarefa complexa, na qual o aumento da Selic produz pouco efeito.

Além disso, destacou que as expectativas de inflação, mensuradas pelo boletim Focus — um levantamento de projeções do mercado financeiro —, exibiam viés e acabavam por influenciar as decisões de política monetária, às vezes de forma autorrealizável. Ainda assim, apontou sinais

de recuo das pressões inflacionárias e de queda nas projeções de juros, sugerindo um possível ciclo de redução da Selic.

Antes de encerrar, mencionou a controvérsia sobre o **IOF**, lembrando que, constitucionalmente, cabe ao Executivo definir impostos sobre câmbio, crédito e seguro, e defendeu a atuação do STF como meio legítimo de solução de disputas, sem que isso representasse retaliação ao Legislativo. Mencionou grandes iniciativas governamentais — como a Nova Indústria Brasil, o Programa de Transição Ecológica e o Novo PAC —, ressaltando a necessidade de integrá-las a uma política monetária e industrial coerente para promover um desenvolvimento mais justo e sustentável.

**Ricardo Capelli**, da ABDI, chamou atenção para o caráter ainda inacabado do debate em torno da **política industrial no Brasil**. Recordou que, enquanto alguns economistas defendem a ideia de que bastariam políticas horizontais, que garantam educação de qualidade, ambiente de negócios estável e macroeconomia previsível, para promover automaticamente o desenvolvimento industrial, a experiência global demonstra o oposto. Citou relatório de janeiro de 2024 de observatório vinculado ao Fundo Monetário Internacional, segundo o qual apenas em 2023 foram adotadas no mundo mais de 2.500 novas políticas industriais, das quais 48 % concentradas em China, Estados Unidos e União Europeia, afetando 71 % do comércio global.

Para mais, comparou o agronegócio brasileiro — cujo “Plano Safra” é reconhecido por todas as correntes políticas como instrumento essencial de consolidação de seu papel de potência mundial — com a indefinição que marcou a política industrial ao longo das últimas décadas. Lembrou que, **após o programa Brasil Maior, encerrado há sete anos, não houve qualquer iniciativa significativa voltada ao setor manufatureiro até o lançamento recente do programa Nova Indústria Brasil**, coordenado pelo vice-presidente e ministro Geraldo Alckmin.

Diante disso, defendeu que a **política industrial deixe de ser instrumento volátil de cada governo e se torne política de Estado**, consenso que encontra paralelo em países desenvolvidos: em nenhum deles se alcançou solidez, liberdade e soberania sem uma base industrial forte. Observou que, malgrado a “âncora monetária” representada por uma taxa de juros real próxima a 10 %, a indústria brasileira cresceu 3,8 % em 2024 — superando o próprio PIB, que avançou 3,4 % — e foi responsável por puxar o crescimento no último ano, ao contrário de 2023, quando o agro assumira esse papel.

Para respaldar esse movimento, destacou as principais **linhas de ação da Nova Indústria Brasil**: o **Plano Mais Produção**, que mobiliza mais de R\$ 600 bilhões em crédito via BNDES, FINEP, Banco do Brasil, Caixa, Banco do Nordeste e BASA; a criação de **Letras de Crédito para Desenvolvimento**, ampliando o leque de financiamentos destinados à indústria; a aprovação da **depreciação acelerada**, reduzindo de até 14 anos para apenas dois o prazo de amortização de máquinas e equipamentos; o programa **Mobilidade Verde**, com R\$ 3,8 bilhões anuais para renovação da frota automotiva; o **Fundo Clima**; e o **Brasil Mais Produtivo**, dotado de R\$ 2 bilhões para a transição digital de pequenas e médias empresas.

Assinalou que, diante de custos de financiamento proibitivos, cerca de **70% dos investimentos industriais têm sido realizados com recursos próprios**, o que evidencia tanto a robustez do setor quanto a necessidade de um ambiente financeiro mais favorável. Acrescentou que, no primeiro trimestre de 2025, a Formação Bruta de Capital Fixo da indústria avançou 9,1% em relação ao mesmo período de 2024, mesmo sob uma taxa de juros real alta.

Voltando-se ao **arcabouço macroeconômico**, questionou a narrativa de que o Brasil seria refém de R\$ 2 trilhões líquidos no mercado financeiro, suscetíveis de “pressionar” dólar e inflação caso o País optasse por enfrentar esse capital especulativo. Sugeriu a necessidade de **estabelecer**

**regras mínimas de controle de fluxos de capital**, não com o objetivo de fechar a economia, mas de impedir que apostas de curto prazo ameacem projetos industriais de longo prazo. Apontou a discrepância entre a queda da expectativa da taxa de juros no Boletim Focus e o aumento da taxa pelo Banco Central.

Concluindo, lamentou o “debate falso” sobre **equilíbrio fiscal, que ignora os R\$ 600–800 bilhões anuais em gastos tributários via isenções para grandes setores**; celebrou a recente inclusão do IOF na agenda, como exemplo de discussão sobre quem efetivamente arca com a conta do equilíbrio; e conclamou o Congresso a levar o tema para além dos círculos financeiros, envolvendo a sociedade na compreensão de uma estrutura tributária desigual. Reiterou, por fim, que não há nação desenvolvida sem indústria forte e que cabe ao Estado brasileiro consolidar política industrial, não sujeita às alternâncias de governo.

**Fabio Guerra**, da CNI, destacou o **quadro adverso do custo e escassez do crédito no Brasil**, gerando impactos no crescimento e dinamismo da economia. Atribuiu em parte essa situação ao patamar excessivo da taxa Selic, atualmente em 15%, que gera uma taxa de juros real entre as mais altas do mundo.

Em complemento, apontou que o **spread bancário brasileiro supera 30%**, posicionando-se como o terceiro maior global, atrás apenas de Zimbábue e Madagascar. Segundo ele, essa distorção deve-se, em grande medida, ao **elevado grau de concentração bancária** — os três maiores bancos nacionais detêm cerca de 70% dos ativos, em contraste com países como Estados Unidos, China, Índia e Reino Unido, onde os principais três bancos compartilham pouco mais de 30% dos ativos.

Demonstrou que, desde o início do recente ciclo de alta da Selic, a taxa média de juros cobrada das empresas em operações com recursos não direcionados subiu 3,7 pontos percentuais, alcançando mais de 23% ao ano em maio de 2025. Ressaltou, ainda, que a oferta de crédito é limitada: o **estoque de crédito doméstico ao setor privado corresponde a cerca de 70% do PIB, ante quase 200% observado em economias mais dinâmicas**, como China, Estados Unidos e Coreia do Sul.

Acrescentou que **74% do investimento industrial em 2023 foi financiado com recursos próprios**, o que evidencia a insuficiência de crédito para atender à demanda do setor. Alertou que esse cenário **inibe a reindustrialização**, pois investimento — condição essencial para modernização, aumento de produtividade, agregação de valor e crescimento econômico — depende de financiamento acessível.

Para ilustrar a gravidade do problema, apontou que, enquanto programas como o American Jobs Plan mobilizam cerca de US\$ 400 bilhões para energia limpa e a União Europeia projeta mais de € 700 bilhões para descarbonização e digitalização, o Brasil necessitaria de pelo menos R\$ 40 bilhões apenas para a agenda de descarbonização, conforme estimativa da CNI.

Em seguida, elogiou iniciativas nacionais, especialmente o **Plano Mais Produção da Nova Indústria Brasil**, que já contratou mais de R\$ 200 bilhões em crédito via BNDES, FINEP, Banco do Brasil, Caixa, Banco do Nordeste e BASA, distribuídos entre os **eixos de produtividade, exportação, inovação e economia verde**. Contudo, advertiu que a própria **elevação da Selic pode onerar essas linhas, pois boa parte está indexada a taxas fixas**, à TLP ou à própria Selic.

Apresentou então simulação baseada na Regra de Taylor, segundo a qual a **taxa de equilíbrio, compatível com o controle da inflação sem sacrificar o crescimento, deveria situar-se em 10,57%** ao ano. Sustentou que, se a Selic tivesse permanecido nesse nível nos últimos doze

trimestres, o investimento industrial adicional poderia ter ultrapassado R\$ 200 bilhões, totalizando cerca de R\$ 1 trilhão na economia.

Ainda, demonstrou o **descompasso entre comércio e indústria**: em quase vinte anos, as vendas no varejo cresceram cerca de 130%, ao passo que a produção industrial avançou apenas 11%, resultando em maior dependência de importados. Destacou o efeito multiplicador da indústria — cada R\$ 1 produzido gera aproximadamente R\$ 2,44 na economia — e concluiu que reindustrialização só se viabiliza com redução do custo do crédito.

Sobre o aumento do **IOF**, alertou que tal medida encarece o crédito, sendo um movimento preocupante para o setor produtivo. Já em relação ao projeto de reforma do imposto de renda, defendeu a progressividade da tributação, mas apontou que a tributação de distribuição dos dividendos deve ser acompanhada da redução da tributação das empresas para que o combinado não exceda o que já é pago hoje. Também alertou sobre a pressão do aumento das despesas na taxa de juros.

Por conseguinte, recomendou duas frentes de ação: **redução urgente da Selic e promoção de maior sincronia entre política monetária e fiscal**, com aprofundamento das medidas de controle de despesas primárias. Sugeriu também a **promoção da concorrência bancária**, modernização das garantias (como duplicata eletrônica e fracionamento de bens), aceleração da implementação de instrumentos alternativos de crédito — especialmente as Letras de Crédito para Desenvolvimento, cujo teto de emissão de R\$ 10 bilhões por banco poderia ser ampliado — e o combate a fraudes e à assimetria de informações no sistema financeiro. Nesse conjunto de medidas, enfatizou, reside a possibilidade de criar ambiente de financiamento capaz de sustentar os investimentos necessários à reindustrialização e ao crescimento econômico.

O professor **Daniel Conceição** manifestou repúdio aos **gastos financeiros ilimitados**, capazes de agravar as desigualdades sociais. Em seu pronunciamento, denunciou o que chamou de “maior fraude intelectual da economia brasileira contemporânea”: a **decisão do Banco Central de adotar taxas de juros elevadas não seria respaldada por fundamentos técnicos ou científicos**, mas por uma ficção forjada pelo mercado financeiro, que se sobrepõe à verdade econômica, à soberania popular e ao direito nacional ao desenvolvimento.

Definiu como “estagnação lucrativa” o projeto político-econômico que faz dos juros uma arma de perpetuação da imobilidade: um modelo de país “morto-vivo”, suficientemente enfraquecido para obedecer ao sistema financeiro, mas ainda ativo o bastante para gerar lucros de rente sobre a dívida pública e sobre a escassez de crédito, explorando o desespero das famílias e das empresas.

Recordou que, durante a pandemia, o Estado brasileiro quebrou o dogma do “terrorismo fiscal”: realizou déficit primário recorde (acima de R\$ 1 trilhão), emitiu moeda para financiar auxílio, salários e vacinas, e preservou vidas sem provocar a explosão inflacionária que se anunciava. Nesse período, a Selic real recuou a níveis negativos de 2%, e o mercado financeiro permaneceu intacto, sem colapsar. Segundo ele, até autoridades admitiram, na ocasião, a **capacidade do governo de gastar por meio da emissão monetária** — exercício legítimo de sua soberania.

Contudo, após a crise sanitária, o discurso do “risco fiscal” ressurgiu com veemência: o mercado passou a acusar o Estado de irresponsabilidade, exigindo juros mais altos sob a alegação de suposta ameaça de calote. Para o professor, tal narrativa é paradoxal, pois o governo federal, único emissor da moeda nacional, não corre o risco de insolvência involuntária; o que existe é risco político, de sanções legais ou eleitorais, caso se violassem normas orçamentárias ou se materializasse inflação descontrolada.

Denunciou, ainda, que o Banco Central alimenta essa “mentira” ao consultar o mercado sobre a confiança no Estado e, em seguida, elevar a Selic com base no próprio temor que ajudou a criar. Assim, reforçou o sentimento de que o **setor financeiro detém o comando da política monetária, impondo ao restante da sociedade uma situação camuflada de necessidade técnica.**

Em face desse quadro, defendeu a **retomada do protagonismo estatal**: enfatizou que o governo pode e deve liderar investimentos de longo prazo — na transição energética, habitação, transporte público gratuito, saúde, educação e reindustrialização — sem submeter-se à prerrogativa dos rentistas. Propôs, ainda, que o **Banco Central resistisse às pressões do mercado, mantendo a Selic em patamar mais compatível com o crescimento**, e utilizasse instrumentos como swaps cambiais mais generosos para impedir a especulação contra o real.

Concluiu afirmando que a verdadeira ameaça ao desenvolvimento não é a desmesura do gasto público, mas a **escassez de investimento sustentável**, imposta por juros altos e pelo receio de contrariar os lucros do mercado financeiro. Apelou para que rejeitem o “colonialismo interno” que faz da gestão econômica um fundo de investimento, em vez de um instrumento de promoção do bem-estar coletivo.

**Renato Conchon**, da CNA, reconheceu a relevância do tema central, a reindustrialização, e enfatizou que o agronegócio não se contrapõe ao desenvolvimento industrial, mas o complementa. Lembrou que, historicamente, a indústria já chegou a responder por parcela significativa do PIB brasileiro e hoje representa cerca de 12%, quase o dobro da atividade agropecuária, a qual oscila em função de variáveis sazonais e climáticas. Destacou que, em 2025, a agropecuária deverá impulsionar o crescimento do PIB, mas afirmou ser plenamente possível e desejável que ambos os setores se expandam simultaneamente, gerando renda e progresso para a população.

Passou, então, a detalhar o **Plano Safra anunciado pelo governo**, cujo montante aproximado de R\$ 600 bilhões em crédito beneficia produtores de todos os portes. Observou, contudo, que apenas R\$ 50 bilhões desse total são efetivamente equalizados pelo Banco do Brasil e outras instituições; o restante é contratado a taxas livres semelhantes às praticadas pelos demais setores, de indústria a comércio e serviços.

Manifestou preocupação com o **impacto das reiteradas altas da Selic sobre o custo do crédito rural, sobretudo nas linhas subvencionadas**. Explicou que essa elevação tem esgotado prematuramente os recursos destinados a custeio e investimento, penalizando especialmente os pequenos produtores. Explicou que, quando não conseguem crédito para custeio, comprometem suas lavouras e, subsequentemente, a oferta agrícola, influenciando a inflação. Apontou que a **falta de financiamento para investimento — na aquisição de tratores, tecnologia e implementos — corrói a produtividade futura.**

Comentou que, embora instrumentos como a CBDR fortaleçam o crédito agropecuário, todos funcionam a taxas de mercado. Citou levantamento de produtor de Ituporanga (SC), cuja taxa oficial de 3% ao ano no Pronaf foi elevada a um Custo Efetivo Total de 21,45%, em razão de custos cartoriais e do alto spread bancário, componente integrante do CAT (Custo Administrativo e Tributário), sobre o qual o setor não dispõe de transparência.

Elencou seis impactos das taxas elevadas para o agronegócio: (i) aumento do custo de produção e redução de produtividade futura; (ii) diminuição da liquidez e da renda dos produtores, intensificada por adversidades climáticas e reflexos no seguro rural e Proagro; (iii) elevação da inadimplência rural, que atingiu patamar recorde em abril; (iv) diminuição das vendas de máquinas e implementos, fundamentais para a modernização do setor; (v) repercussão dos

custos de crédito sobre os preços ao consumidor e inflação; e (vi) dificuldade de competir com aplicações em títulos públicos, que oferecem retorno líquido garantido pelo Tesouro.

Advertiu, ainda, para a **trajetória crescente da dívida pública**, cuja quitação recairá inteiramente sobre os contribuintes, e ressaltou a necessidade de enfrentar esse debate com a sociedade, dado seu caráter distributivo. Manifestou **preocupação com o recente aumento do IOF, que afetou o fluxo de caixa das empresas e minou a segurança jurídica** — fator essencial à atração de investimento estrangeiro direto.

Por fim, reafirmou a necessidade de **combater o elevado spread e o CAT**, solicitando maior acesso a informações sobre sua composição, e manifestou a disposição da CNA em contribuir para o processo de reindustrialização, vinculando-o à descarbonização. Como exemplo de sinergia entre agropecuária e meio ambiente, mencionou o uso de biocombustíveis (etanol e biodiesel) e o aproveitamento de seus subprodutos (DDG e farelo de soja), fortalecendo a pecuária local e exportações de forma sustentável. Reforçou que o setor agropecuario defende desmatamento ilegal zero e se alinha integralmente à agenda de desenvolvimento industrial e de baixo carbono do país.

## CONSULTORES LEGISLATIVOS

O consultor **Pedro Garrido** reconheceu o teor substantivo das intervenções anteriores, em especial as observações sobre os gastos financeiros, o endividamento público e os elevados juros, bem como seus impactos fiscais. Informou que a equipe de consultoria irá aprofundar-se nos dados apresentados e nas contribuições dos professores e representantes de entidades presentes.

Em seguida, ressaltou a ênfase da bancada parlamentar na crítica ao patamar excessivo da taxa básica de juros, sublinhando os prejuízos dessa sobre o custo do crédito, os mecanismos de financiamento, a atividade empresarial e a inovação. Lembrou que questões macroeconômicas correlatas já vêm sendo analisadas no âmbito do estudo liderado pelo deputado Félix Mendonça Júnior, que abrange reindustrialização, transição energética e descarbonização, incluindo reflexões sobre câmbio e economia internacional — temas de estreita relação com a agroindústria e, portanto, cruciais para o projeto Nova Indústria Brasil.

Enfaticou que a discussão sobre juros excede a política monetária, estendendo-se às políticas fiscais e gerando efeitos inflacionários em produtos específicos, como os agrícolas. Enunciou a necessidade de calibrar esses impactos de maneira rigorosa no momento de formular políticas econômicas e reafirmou o compromisso do CEDES em incorporar essas considerações em seu trabalho.

Consultor **Aurélio Palos** reconheceu que o estudo enfrenta um paradoxo de grande relevância: enquanto economias desenvolvidas operam com taxas de juros próximas de zero, o Brasil convive com uma das maiores taxas reais do mundo — hoje a segunda maior — o que constitui um freio estrutural ao desenvolvimento nacional.

Em seguida, destacou o papel proativo da Câmara dos Deputados na criação de instrumentos capazes de mitigar essa trava financeira. Citou, em primeiro lugar, a aprovação recente do **Marco Legal do Hidrogênio Verde**, que estabelece condições regulatórias estáveis e incentivos ao investimento em um setor estratégico de baixo carbono.

Mencionou ainda proposições em tramitação que visam fortalecer os mecanismos de financiamento público, oferecendo **alternativas ao crédito bancário tradicional de alto custo**.

Entre essas iniciativas, identificou projetos de lei destinados a modernizar o mercado de capitais brasileiro, ampliando as opções de captação para as empresas e reduzindo a dependência exclusiva do sistema bancário. Assinalou que novas propostas legislativas poderão ser incorporadas ao estudo, ampliando as oportunidades de atuação da Câmara na formulação de uma política econômica que concilie controle da inflação, estímulo ao investimento e reindustrialização sustentável.

## FALAS DOS PARLAMENTARES

Deputado **Mauro Benevides Filho** (PDT/CE) assinalou que o debate sobre a questão fiscal brasileira mostrava-se extremamente parcial, por não contemplar em nenhum momento a despesa financeira. Observou que, embora o país disponha de seis dispositivos legais para o controle da despesa primária — incluindo a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Regra de Ouro e a Emenda Constitucional 109 — não existe, em contrapartida, qualquer norma destinada a disciplinar o custo financeiro da dívida. Destacou que tal omissão contrasta com a prática dos Estados Unidos, onde a lei orçamentária anual estabelece limites explícitos para a dívida e sua relação com o PIB, sem que isso suscite objeções.

Em seguida, enfatizou que a política monetária — ao definir a Selic e influenciar diretamente o custo de financiamento da dívida pública — acaba por concentrar renda nas mãos do sistema financeiro e das camadas mais ricas da população. Afirmou que esse é o maior problema da política fiscal brasileira, não o gasto primário, cujo peso sobre o PIB vinha caindo (de 19,6% em 2023 para 18,6% em 2024). Informou que o **déficit primário registrou redução drástica**, de R\$ 228 bilhões em 2023 para pouco mais de R\$ 42 bilhões em 2024, segundo dados oficiais, sem justificar, contudo, a elevação da Selic.

O parlamentar apresentou dados recentes de **inflação decrescente** — 1,31% em fevereiro, 0,56% em março, 0,43% em abril e 0,26% em maio — para sustentar que **não há fundamento para o aumento adicional da taxa de juros**, especialmente diante de quatro meses contínuos de queda dos preços. Criticou a ausência de explicações públicas do Banco Central sobre os critérios que o levaram a elevar a Selic e relatou tentativa de obter esses esclarecimentos durante audiência com dirigentes da autarquia, sem sucesso.

Reforçou que, em 2024, a dívida pública brasileira havia crescido quase R\$ 1 trilhão, fruto de encargos de juros que não são visíveis ao debate público, gerando uma dinâmica perversa que penaliza o setor produtivo.

O deputado também denunciou o **caráter oligopolizado do mercado doméstico**, que alimenta mecanismos de indexação formal e informal de preços, gerando rigidez inflacionária que o Banco Central, por sua vez, busca conter unicamente por meio da Selic. No plano constitucional, lamentou que o Congresso não consiga fiscalizar o Banco Central, órgão que, em sua visão, se posicionou acima de qualquer controle, recusando-se a prestar informações ao Legislativo, em afronta ao artigo 50 da Constituição.

Lembrou que, desde 1999, o modelo do tripé macroeconômico— câmbio flutuante, resultado primário e metas de inflação — jamais gerou resultado primário suficiente para cobrir os juros da dívida. Diante do exposto, conclamando o parlamento a discutir urgentemente a despesa financeira e a elevada taxa de juros, sob pena de esgotar a capacidade de pagamento do país em poucos anos.

